

Desenvolvimentismo, reatualização do conservadorismo e os desafios postos ao serviço social em tempos de crise: questões para o debate.

Debate ou discussão na teoria social

Grupo de Trabalho: N° 13 - Reforma do estado, governabilidade e democracia.

Adriana Pereira Bento¹

Resumo

O presente artigo é fruto de inquietações e reflexões desenvolvidas pela autora acerca do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro contemporâneo, junto à reatualização do conservadorismo pós – moderno que vem sendo fortalecido pela classe hegemônica como instrumento de obscurecimento do real antagonismo entre as classes cada vez mais acirrado em tempos de crise do capital.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Capitalismo. Crise. Serviço Social.

Abstract: This article is the result of concerns and reflections developed by the author about the development process of Brazilian capitalism contemporary conservatism with the actualization of the post - modern that has been strengthened by the hegemonic class as a means of obscuring the real antagonism between classes increasingly strained in times of crisis in the capital.

Keywords: Development. Capitalism. Crisis. Social Service.

Introdução

Este estudo vem no intuito de trazer reflexões pertinentes acerca do processo de desenvolvimento do capitalismo que em consonância com a reatualização do conservadorismo, tornam-se juntos elementos chaves para manutenção e fortalecimento do obscurecimento do real e concreto antagonismo entre as classes sociais.

Em se tratando do Serviço Social do Brasil esses elementos despertam significativa atenção, visto que, incide diretamente sobre a dimensão técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-político da profissão, tendo em vista, sua função social na ordem do capital.

Segundo a autora essa atenção torna-se uma exigência para a categoria profissional, no sentido de se pensar estratégias de resistência frente à reatualização do conservadorismo pós-moderno na contemporaneidade, este último, uma ameaça aos valores presentes no Projeto ético-político do Serviço Social², ao código de ética³ e a lei que regulamenta a profissão (Lei n.º8662/93), segundo o projeto de

¹Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: adrianapben@yahoo.com.br

² O projeto ético-político do Serviço Social está vinculado às transformações da sociedade, voltado a eleger valores que legitimam a profissão. Para tanto, formula requisitos teóricos, institucionais e práticos para o pleno exercício dos profissionais, direcionados aos interesses da classe trabalhadora ao assumir um questionamento e uma contestação das bases conservadoras ainda presentes na profissão, tendo como valor central a liberdade e estando a favor a equidade e justiça social.

formação profissional hegemônico, incluindo a materialização do projeto ético-político do Serviço Social

1. Crise estrutural do modo de produção capitalista: elementos introdutórios para se pensar o desenvolvimento brasileiro

Nas últimas décadas o capitalismo segundo Santos (2007) vem enfrentando o acirramento de suas contradições internas, motores propulsores da crise na qual todo o sistema mundial encontra-se imerso desde os anos 70, que em 2008 tem-se o momento auge dessas crises cíclicas, onde conforme destaca Harvey (2011, p. 10) “esta foi uma recompensa notável pela destruição do sistema financeiro mundial”.

Mas qual a relação existente entre a crise mundial com o desenvolvimento brasileiro e o conservadorismo? Antes de adentrarmos nessa discussão no decorrer dessa reflexão cabe-nos um breve resgate do significado dessa crise e seus rebatimentos aos países latino-americanos – particularmente em se tratando de Brasil – aonde chegaremos ao projeto de desenvolvimento hoje implantado no país que em conformidade com o pensamento conservador encontra subsídios para seu desenvolvimento.

Conforme destaca Harvey (2011, p. 12) “o capital não é uma coisa, mas um processo em que dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro” e nesse processo o investimento ao desenvolvimento das forças produtivas é essencial à geração de mais dinheiro, de mais valor.

Quanto mais valor o capitalismo produz, mais ele precisa desenvolver as forças produtivas o que sem dúvida resulta em desastres assombrosos, tendo em vista, que na ordem burguesa para se produzir riqueza é necessário destruir, visto que, esse processo é alienado e irracional. Essa breve reflexão é o ponto de partida para pensarmos o desenvolvimento nessa ordem e como o conservadorismo contribuiu como instrumento de manutenção e fortalecimento da mesma.

Conforme destaca Marx (1969) a alienação no capitalismo é necessária para manutenção dessa ordem, pois a mesma perpassa a fonte do antagonismo presente na mesma, ou seja, o sujeito da alienação é o próprio homem real e existente. E a propriedade privada e os meios de produção em que o homem se acha envolto.

Segundo Marx (1969) a propriedade privada transforma os meios de produção de simples instrumentos e materiais da atividade produtiva humana em fins a que fica subordinada o próprio homem. Não é o operário que utiliza os meios de produção, são os meios de produção que utilizam o operário, em que estes últimos são consumidos pelos meios de produção como fermento de seu processo vital; e o processo vital do capital consiste no seu movimento de valor que se valoriza a si próprio.

O capital só se torna verdadeiramente capital quando se torna “valor em processo”; só se, no interior do processo de produção, o toque mágico do trabalho humano o transformar de grandeza constante em grandeza variável. A economia burguesa erige em capital o dinheiro e a mercadoria com que o aspirante a capitalista se apresenta no mercado de trabalho, na esfera da circulação, antes que se inicie o processo de produção; e, mal que este converteu dinheiro em mercadoria, em objetos e meios de trabalho, eleva a capital as condições objetivas da produção, que não entraram ainda em contato com a única força capaz de transformá-las em capital: o trabalho vivo. (IBIDEM, 1969, p. 19).

³ Resultado da reformulação do Código de Ética de 1986, a partir do processo de reconceitualização da profissão, tendo como resultado a Resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993.

A partir da reflexão tratada até o momento, considera-se relevante pensar que nesse processo de desenvolvimento das forças produtivas, cujo trabalho vivo é alienado por isso mantêm-se explorado, nos leva a confirmação da irracionalidade desse sistema. Ou seja, se a vida dessa espécie precisa ser construída conscientemente por essa mesma espécie e é nisso que se define “ser humano”, então por esse motivo nessa ordem conclui-se que não se pode permanecer nada humano e nem humanizado.

Inicialmente pensar a reflexão anterior pode num primeiro momento parecer algo absurdo, mas somente uma crítica radical permite pensar estratégias de superação das contradições dessa mesma ordem e o fortalecimento de um projeto societário que vise à superação da mesma.

Em se tratando de Brasil, esse processo de exploração da força de trabalho concomitante ao desenvolvimento do capitalismo teve seu maior aguçamento a partir da década de 1990, com os danos provocados pela agenda neoliberal a partir do governo Collor de Mello. A maior consequência dessa agenda neoliberal foi sem dúvida o desmonte dos direitos até então conquistados pela classe trabalhadora, que possibilitou “extraordinária transferência de ativos para as corporações, em particular pelo assustador saqueio das privatizações e das concessões de prospecção de recursos naturais” (Leher, 2012, p. 13) e que na atualidade conta com um modelo de desenvolvimento que será tratado mais adiante no decorrer dessa reflexão.

De acordo com Castelo (2012) na década de 1990, com o neoliberalismo o Brasil, México e Argentina viram cadeias dos parques produtivos serem desmontadas e alguns setores desnacionalizados. Ainda segundo o autor, o desenvolvimento e desempenho da economia a nível macro foi de valor irrisório, com “baixas taxas de crescimento, desequilíbrios nos balanços de pagamentos (com graves crises cambiais), déficits públicos crescentes e aumento das dívidas públicas internas” (CASTELO, 2012, p. 18).

Contudo, a partir de uma perspectiva pautada numa teoria social crítica, entende-se que esse processo não se dá de forma passiva e a histórica, ao contrário contou com um movimento de questionamento, resistência e negação desse modelo que nos últimos anos levou a destituição de quinze presidentes neoliberais⁴ na América Latina.

Esse resultado é fruto da evidente crise do modo de produção capitalista que teve seu auge nos anos 2000, demonstrando o colapso dessa sociabilidade. O capitalismo como toda forma social já existente necessita se expandir para sobreviver e quando estas formas de expansão já não mais existirem ele acabará, e essa crise é hoje a expressão do amadurecimento desse sistema e como toda forma madura, logo conta com sua próxima etapa que seria o seu apodrecimento.

No entanto, o capitalismo tem encontrado novas formas de se reproduzir, meios estes cada vez mais fetichizados que rebatem diretamente no modo de ser dessa sociedade que sem dúvida encontra-se em falência, pensando a ontologia do ser social como sujeito ético, que a partir do trabalho visa sua emancipação.

Como tal, a ética dirige-se à transformação dos homens entre si, de seus valores, exigindo posicionamentos, escolhas, motivações que envolvem e mobilizam a consciência, as formas de sociabilidade, a capacidade teleológica

⁴ “Collor de Mello, Brasil (1992); Jorge Serrano Elías, Guatemala (1993); Carlos Andrés Pérez, Venezuela (1993); Abdalá Bucaram, Equador (1997); Raúl Cubas, Paraguai (1999); Jamil Mahuad, Equador (2000); Alberto Fujimori, Peru (2000); Fernando de la Rúa, Ramón Puerta, Adolfo Rodríguez Saá, Eduardo Camaño, Argentina (2001); Gonzalo Sánchez de Lozada, Bolívia (2003); Carlos Mesa, Bolívia (2005); Lucio Gutiérrez, Equador (2005)” (Leher, 2012, p. 13).

dos indivíduos, objetivando a liberdade, a universalidade e a emancipação do gênero humano (Barroco, 2009, p. 6).

Todavia, conforme destaca Harvey (2011, p. 13), diferentemente do pensamento social crítico que defende e luta por um novo projeto societário, o capitalismo como resposta a crise dos anos de 1970 pela vida do neoliberalismo, na contemporaneidade escolhe como caminho para superação dessa crise que é nada menos do que uma continuidade da crise iniciada nos anos de 1970, uma maior consolidação e centralização do poder da classe capitalista.

As crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo. Geralmente levam a reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novos campos de investimento e novas formas de poder de classe. Tudo isso pode dar errado, politicamente. Mas a classe política dos EUA até agora cedeu ao pragmatismo financeiro e não tocou na raiz do problema (IBIDEM, 2011, p. 18)

Nesse sentido, que entraremos no próximo tópico no contexto de desenvolvimento em nível de Brasil, em que serão tratadas as alternativas do Estado e da classe capitalista brasileira para o enfretamento dessa crise estrutural do capitalismo seguindo os moldes do banco mundial, conseqüentemente, sem tocar na raiz do problema.

2. Crescimento econômico e desigualdade social: o acirramento das contradições pela via do desenvolvimentismo

Anterior à política de desenvolvimento econômico contemporâneo brasileiro, tem-se a crise do desenvolvimentismo que no início da década de 1960 atingiu a maioria dos países latino – americanos.

Essa crise se manifestou, por um lado, pelo estrangulamento da capacidade de importar os elementos materiais necessários ao desenvolvimento do processo de produção e, por outro, nas restrições encontradas para se realizar essa produção. Ambos os fenômenos derivam do fato de a industrialização ter sido realizada com base na velha economia exportadora, isto é, sem que fossem realizadas as reformas estruturais capazes de criar um espaço econômico adequado ao crescimento industrial (MARINI, 2010, p. 111).

Em se tratando de America Latina, nesse período tem-se o pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) que nasceu como uma agência ligada à ONU, no sentido de pensar e difundir a teoria do desenvolvimento com base nas especificidades da região.

A proposta alternativa da Cepal para superar o subdesenvolvimento era a industrialização planejada e implementada por ações estatais – em detrimento dos sinais de mercado, como pregava, e continua pregando, o pensamento ortodoxo. Ou seja, tratava-se de uma proposta nacional-desenvolvimentista (CARCANHOLO, 2010, p. 120).

Ainda segundo Carcanholo (2010, p. 120), o pensamento crítico condenou a proposta da Cepal, tendo em vista que a mesma tratava o desenvolvimento e subdesenvolvimento como quantitativo, sem realizar uma relação dialética de oposição e unidade. Isto é, o Estado foi tido como neutro e alheio às contradições de classe, como se possuísse uma racionalidade própria e autônoma, ou ainda porque não se acreditava que a industrialização resolveria os problemas do subdesenvolvimento e da dependência, apenas conferindo-lhes outras formas de manifestação.

Em se tratando de Brasil, segundo Castelo (2012) a decadência do pensamento econômico brasileiro se aprofunda com a autocracia burguesa nos anos 1960, cuja explicação se dá pelo uso das teorias do capital humano importadas dos Estados Unidos para explicação da desigualdade gerada pelo “milagre” econômico. Nos anos 1980, a inflação brasileira foi tratada por clássicos da literatura especializada (Furtado e Rangel) como um fenômeno essencialmente monetário pelas escolas econômicas ortodoxas.

Já na década de 1990, “a decadência ideológica ganhou um novo impulso a partir da vitória da burguesia rentista com o governo FHC e o seu plano de estabilização econômica”. (CASTELO, 2012, p. 632)

Com os desdobramentos da crise estrutural do capitalismo, é chegado o anos 2000, com a entrada dos governos Lula e Dilma que segundo os escritos de Pochmann (2010) o mesmo reafirma que houve uma “transição do neoliberalismo para o modelo social – desenvolvimentista” (p.41) ou “uma interrupção da hegemonia das políticas neoliberais” (p.52) e “o abandono das teses neoliberais” (p.63).

De acordo com Castelo (2012, p. 627) “os mecanismos para esta transição seriam, no seu entendimento, políticas macroeconômicas, sociais e extremas operadas pelo PT a partir da máquina estatal após as eleições presidenciais, sem aprovações de reformas constitucionais ou de embates diretos com as forças de sustentação do neoliberalismo”.

Nesse sentido, tem-se em 2011 - com o financiamento do Ministério da Ciência e Tecnologia e do IPEA, cerca de vinte economistas heterodoxos, majoritariamente dos Institutos de Economia da UFRJ e da UNICAMP - a fundação da Rede Desenvolvimentista.

Dessa Rede Desenvolvimentista, surgiu um documento destacando três principais correntes do novo desenvolvimentismo, em que não nos deteremos aqui, mas somente na última delas: a do social-desenvolvimentista. Contudo, segundo Castelo (2012) vale frisar que dessas três principais correntes do novo desenvolvimentismo: a primeira chamada de macroeconomia estruturalista do desenvolvimentismo (Bresser Pereira e Gala, 2010). A segunda chamada de pós-keynesiana, assemelha-se muito à primeira, sendo que ambas advogam a tese da aliança do Estado com o mercado (leia-se o empresariado industrial) contra os rentistas, como se essa contraposição existisse em tempos de acelerada fusão dos diferentes ramos do capital (agrícola, bancário, comercial, industrial e rentista).

Em se tratando da tese do social – desenvolvimentista esta propõe uma afirmação do mercado interno via ampliação do consumo de massa. “O Estado tem um peso maior nas propostas dessa corrente no que nas duas precedentes, e as políticas macroeconômicas devem ser subordinadas às de desenvolvimento.” (CASTELO, 2012, p. 629)

Conforme já destacava Mercadante em 2001 nas Diretrizes do programa de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) “O novo modelo de desenvolvimento brasileiro deverá articular três eixos estruturantes: o social, o democrático e o nacional”.

O neodesenvolvimentismo é um rótulo vazio. É muito mais uma estratégia de propaganda dos governos Lula e Dilma, no seu afã de se diferenciar dos governos FHC, do que num corpo de doutrina para orientar a ação do Estado. Não conheço nenhum trabalho sério que explique as bases objetivas e subjetivas desse novo desenvolvimentismo. (SAMPAIO JR, 2012, p. 12).

É notável que a partir do caminho reflexivo percorrido nesse estudo que o desenvolvimentismo não apresentou mudanças no sentido de melhorias para classe trabalhadora, ao contrário reafirmou o poder da classe hegemônica, mas pautando-se num discurso de desenvolvimento humanizado, que estaria “preocupado” com o social. Contudo, sabe-se que no sistema capitalista a desigualdade social é inerente a sua função social e por esse motivo não é possível qualquer perspectiva de emancipação dos sujeitos sociais e sim de apaziguamento dessas contradições. Todavia, foi destacado que com a crise do capital nem mesmo o apaziguamento e acirramento dessas contradições têm ocorrido, mas um aprofundamento das refrações da “questão social”.

A produção capitalista não é apenas reprodução da relação; na sua reprodução a uma escala cada vez maior e na mesma medida em que, com o modo de produção capitalista, se desenvolve a força produtiva social do trabalho, cresce também perante o operário a riqueza acumulada, como riqueza que o domina, como capital; perante ele expande-se o mundo da riqueza como um mundo alheio e que o domina; e na mesma proporção se desenvolve a sua pobreza, a sua indigência e a sua sujeição subjetivas. O seu esvaziamento e essa plétora correspondem-se, vão a par. Ao mesmo tempo expande-se a massa desses meios vivos de produção do capital: o proletariado laborioso. (MARX, 1969, p. 135)

Dessa forma que buscaremos a seguir refletir acerca da reatualização do conservadorismo sobre o projeto ético – político do Serviço Social, visto que, segundo uma perspectiva social crítica, entendemos que só é possível a superação desses entreves a emancipação humana a partir de uma reflexão ética e coletiva, em outras palavras, numa luta coletiva e universal vinculada a um projeto de sociedade de fato emancipatório.

3. Reatualização do conservadorismo num contexto de crise do capital – rebatimentos ao projeto ético – político do serviço social

Para iniciarmos essa discussão, destaco a seguinte reflexão de que “só a alternativa daquela pessoa que põe em movimento o processo da execução material através do trabalho pode efetivar essa transformação da potencialidade em um ser” (Lukács, 2004,p;6)

Nesse sentido, pensando as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-político da prática profissional dos assistentes sociais, o caráter deste último é no sentido de que “o homem é capaz de agir com consciência e liberdade, criando alternativas de valor, escolhendo entre essas alternativas e adicionando esses valores em suas finalidades” (SANTOS, 2010, p. 65).

Dessa forma, podemos analisar a profissão diante da crise de “caráter mundial dado pela própria estrutura mundializada do capitalismo, cujo movimento de internacionalização é marcado pela

concentração do capital e descentralização da produção [...]” (MOTA, 2012, p. 31), que no governo Lula e tendo continuidade no governo Dilma, apresenta como medida de enfrentamento ao neoliberalismo, o crescimento econômico mediado pela intervenção do Estado, crescimento esse que levará inexoravelmente ao desenvolvimento social (MOTA, 2012).

Contudo, o que vemos é a desistoricização da pobreza, tornando possível atender apenas algumas necessidades imediatas das classes trabalhadoras, sem romper com as exigências das classes proprietárias e dominantes.

Nesse sentido, têm-se os desafios postos ao profissional do Serviço Social, mas que como foram destacados anteriormente, os mesmos tem a alternativa de direcionar sua prática no sentido de fortalecer ao projeto hegemônico burguês ou de romper com o mesmo, buscando assim efetivar concretamente o projeto ético-político do Serviço Social. É óbvio que os rebatimentos e os desafios não são poucos e que esse movimento não é individual, mas sim coletivo. Contudo, a ideia é trazer aqui elementos para refletirmos que existe a subjetividade e singularidade do sujeito que não deve ser ignorada.

Quando a moral é refletida ontologicamente, é possível ultrapassar o conformismo característico da aceitação espontânea da cotidianidade; os conflitos morais podem, então, ser apreendidos em sua relação com a totalidade social e não se apresentarem somente como conflitos morais. Principalmente, pode desvelar a objetividade de tais conflitos, permitindo que não sejam tratados como “problemas subjetivos”, cuja resolução depende da vontade singular. Isto, porém, não elimina a dimensão singular do ato moral; ao contrário, a individualidade vincula-se a ela ao posicionar-se, mas seu posicionamento se efetua no patamar de uma escolha consciente. (BARROCO, 2001, p. 55)

Nesse sentido, essa reflexão nos permite chegar ao que Mota (2012) traz ao dizer que o Serviço Social vem problematizando e politizando coletivamente o exercício profissional dos Assistentes Sociais sem abstrair de tais reflexões a relação entre as determinações da existência da profissão e das demandas postas pela realidade, no contexto de desenvolvimento do capitalismo.

Sempre esteve em discussão: qual Serviço Social? Para qual sociedade? Daí podermos reafirmar a nossa condição de protagonistas de um projeto profissional calcado em valores, princípios e diretrizes inerentes a um dado projeto societal: uma sociedade emancipada e radicalmente humana (IDEM, 2012, p. 39)

Para Mota (2012), essa orientação não nos dá o estatuto de um partido político ou de sermos os arautos das necessidades das classes subalternas, nem tampouco de traduzirmos princípios revolucionários em procedimentos aplicáveis ao âmbito de um espaço ocupacional. Mas consiste segundo a mesma em não sucumbir ao apagamento da dimensão política da profissão e de resistir à redução do projeto profissional a sua dimensão prático-operativa; ao cancelamento de qualquer ideário que não seja o da ordem e à submissão da crítica teórica e política à prova da formulação de propostas técnicas.

Cabe ressaltar que numa sociedade de classes, toda prática tem uma dimensão política e por isso como vem sendo desenvolvido no decorrer dessas reflexões, não existe neutralidade, mas contradições econômicas e políticas que perpassam o antagonismo entre essas classes sociais. Nesse sentido, entende-se que todo projeto profissional - e a prática profissional - é vinculado a um projeto político ou projeto político-profissional (BRAZ, 2001).

Assim, é relevante destacar que segundo Netto (1996) a fundamentação do Código de 1993 apresenta-se como um alvo não apenas aos setores tradicionalmente conservadores, mas também para os setores profissionais vinculados ao pós-modernismo. Não se pode ignorar que o conservadorismo permanece presente na sociedade, assim como na própria categoria profissional, mas reatualizado e muito atento na disputa pela hegemonia aqui se tratando de Serviço Social.

Conforme destaca Raposo (2010) no contexto atual de crise do capitalismo tardio, as expressões de uma “questão social” cada vez mais complexa manifestam transformações societárias e contemporâneas que se configuram como resultantes de medidas estratégias encontradas pelos países centrais para enfrentar a crise do capital. Um movimento de reordenamento do capital e seus elementos fundamentais: reestruturação produtiva, alterações no mundo do trabalho, crise do Estado.

E é pensando a disputa pela hegemonia, que Raposo (2010) destaca que no Serviço Social não se diferencia, onde existe um claro debate pluralista inaugurado nos anos 80/90 entre diferentes vertentes teórico-metodológicas, provocando profundas inflexões no campo ideo-teórico da profissão. É nesse campo de disputa, que a vertente pós-moderna constitui-se num dos eixos do debate contemporâneo do Serviço Social, que se revela como expressão da “crise da modernidade” e uma necessidade de desenvolvimento do capitalismo no campo da teoria social.

Segundo Santos (2007), o capitalismo já há algum tempo vem tentando se livrar do projeto civilizatório moderno devido ao antagonismo histórico cada vez mais evidente com os valores centrais constitutivos desse projeto. Aos olhos do senso comum, para quem o discurso do mundo moderno associa-se à ordem burguesa, tal afirmativa pode parecer um equívoco, visto que, sem dúvida o capitalismo revolucionou a história da humanidade proporcionando um desenvolvimento das forças produtivas inimaginável dois séculos atrás. Assim

Em cada estágio de desenvolvimento das forças produtivas desenvolve-se uma determinada concepção de mundo ou formas de consciência e dessa forma os homens constroem um determinado conhecimento, pois, como afirmam Marx e Luckács, é a existência (ser) que determina a consciência. (RAPOSO, 2010, p. 172)

Contudo, até mesmo o desenvolvimento dessas forças produtivas é posto em cheque numa perspectiva para além do sendo comum, à medida que o desenvolvimento tem sido de modo irracional levando a humanidade a perdas incalculáveis, cujo princípio do capitalismo tem se dado na destruição do sujeito em si e para si. Isto é, o capitalismo tem se baseado no destruir para construir e desenvolver-se, mas para que, para onde?

Nesse sentido, Santos (2007) pontua a importância da teoria social, que põe em cheque a pós-modernidade, esta que se apresenta como superficial nas análises sobre transformações societárias, contrapondo - se claramente a descrições totalizantes, já que totalidade nessa perspectiva é confundida como totalitarismo e ocultamento das diferenças. Ainda segundo a autora essa satanização da totalidade

e das categorias universalizantes do projeto da modernidade é a completa ausência do enfrentamento da complexidade do real para além da perplexidade, impotência ou da celebração.

É nessa perspectiva de totalidade, universalidade e historicidade antagônica ao pensamento pós-moderno, que Barroco (2009) destaca a importância do pertencimento a um projeto profissional que possa responder aos ideais dos profissionais, suas projeções profissionais e societárias, enquanto profissionais, cidadãos e categoria organizada, tendo em vista, que o pertencimento a um projeto profissional que dá materialidade e organicidade à consciência ética desses sujeitos.

A primeira questão que se deve considerar quando pensamos em projetos (individuais e coletivos) em uma sociedade de classes é o caráter político de toda e qualquer prática. Todas as formas de prática envolvem interesses sociais os mais diversos que se originam, através de múltiplas mediações, das contradições das classes sociais em conflito na sociedade. O que as movem na verdade são as necessidades sociais reais que lançam os homens em atividades humano-criadoras percebidas no metabolismo social (trabalho – ato fundante das relações sociais). (BARATA; BRAZ, 2009, p. 19)

Pensando o Serviço Social e os rebatimentos do neoconservadorismo pós-modernismo, este que se apresenta como sendo “[...] um componente funcional à ordem burguesa, que possui um caráter conservador, pois termina por afirmar a sua positividade” (SANTOS, 2007, p. 45), se faz necessária a afirmação dos valores éticos presente no projeto ético – político do Serviço Social, que nos orienta enquanto sujeitos sociais coletivos para a transformação da ordem societária vigente.

Nesse sentido, entendendo que esse processo se dá de forma coletiva, com uma clara direção social estratégica - o que permite inclusive como vem sendo tratado no decorrer dessa reflexão - o entendimento do papel social da profissão, esta que historicamente vem sendo construída socialmente e coletivamente e não isoladamente, como se estivesse aparte da sociedade na qual se insere e atua.

Conforme salienta Barata e Braz (2009) “o projeto profissional (e a prática profissional) é, também, projeto político: ou projeto político – profissional”.

Considerações finais

Conforme sustentamos no decorrer dessa reflexão cada vez mais se torna desafiador à luta pela hegemonia do projeto profissional vigente, visto que, o projeto conservador permanece em tempos de acirramento da crise do capitalismo em disputa por essa hegemonia, tendo suporte na ofensiva neoconservadora/pós-moderna, o que nos leva a exigência de nos debruçarmos cada vez mais sobre a teoria social crítica, no intuito de fortalecermos a dimensão teórico-metodológica e ético-política que nos permite pensar estratégias políticas que nos leve a superar os desafios postos na ordem do dia.

Sem sombra de dúvidas os desafios postos a profissão são muitos e alarmantes, mas é nesse sentido que a reflexão aqui levantada torna-se relevante no sentido de não perder de vista que os desafios são muitos não pela impossibilidade de objetivação e materialização desse projeto, mas porque o mesmo é uma proposta que nada contra corrente na ordem societária vigente.

Dessa forma, a importância de estabelecermos vínculos coletivos que fortaleçam e propiciem a reflexão ética capaz de ultrapassar o aparente, levando-nos a essência e assim a superação da ordem

estabelecida, mas não imutável, visto que, somos sujeitos históricos e por isso capazes de mudar o curso desse processo.

Bibliografia

ARRIGHI, Giovanni. A Ilusão do Desenvolvimento. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

BARROCO, Lucia. Ética e Serviço Social: Fundamentos ontológicos. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. Ética: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2009. Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 4)

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. Serviço Social e Sociedade nº 112. São Paulo: Cortez, 2012

ENGELS, Friedrich. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Editorial Boitempo, 2008.

FORTI, Valeria. Ética, Crime & Loucura – Reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013

FURTADO, Celso. A Economia Latino-Americana. Formação histórica e problemas contemporâneos. 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

HARVEY, David. O Noliberalismo. História e implicações. Ed. Loyola, São Paulo: 2008.

_____. O Enigma do capital: e as crises do capitalismo. Ed. Boitempo, São Paulo: 2011.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. DE. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica, 19 ed. São Paulo: Cortez , [Lima, Peru]: CELATS p. 2006.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Capítulo VI Inédito de O Capital. Resultados do processo de Produção Imediata. São Paulo: ed. Moraes, 1969.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da Pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao serviço social brasileiro. In As ideologias da Contrarreforma e o Serviço Social. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010

_____. Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: Crescimento econômico e reprodução da desigualdade. Ed. Cortez, São Paulo: 2012.

NETTO, Leila Escorsim. O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 3ª Ed. Ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. J. P. A Construção do projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf>. Acesso em: 01 de out. 2012.

PANIAGO, Maria Cristina. A crise estrutural do capital, os trabalhadores e o Serviço Social. In Crise contemporânea e Serviço Social. Maceió: EDUFAL, 2010

POCHMANN, Marcio. Desenvolvimento e Perspectivas Novas para o Brasil. São Paulo: Cortez, 2010. Cap. 3, 4 e 5.

PRADO, Caio Jr. História e Desenvolvimento. A Contribuição da Historiografia para a Teoria e Prática do Desenvolvimento Brasileiro. Prefácio Florestan Fernandes. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RAPOSO, Clarissa T. M. O Serviço Social e a Pós-modernidade: os dilemas e os desafios na superação do “fatalismo” e do “messianismo” da prática profissional. In Crise contemporânea e Serviço Social. Maceió: EDUFAL, 2010

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Vivemos um processo de reversão neocolonial. IHU online, n. 392, 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/509442-neodesenvolvimentismo-uma-estrategia-de-propaganda-dos-governos-lula-e-dilma-entrevista-de-plinio-de-arruda-sampaio-jr>>. Acesso em: 28 de Dez. 2012.

SANTOS, Cláudia Mônica. Na prática a teoria é outra? Mitos, dilemas na relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. cap 2. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010

SANTOS, J. S. Pós-modernidade, Neoconservadorismo e Serviço Social. In Revista Temporalis 10, jul/dez 2005. ABEPSS/RECIFE: Ed. Universitária UFPE, 2006

_____. Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro. Coleção Questões de nossa época; vol 132. São Paulo: Cortez, 2007

TEIXEIRA, Joaquina Barata e BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. IN Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009